

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTATUTO FONOLÓGICO DE [i] EM PORTUGUÊS**

JOÃO VELOSO
jveloso@letras.up.pt

Nas realizações fonéticas do português europeu contemporâneo (PEC), é frequentemente encontrada uma vogal central alta não-arredondada, [i], cujo estatuto fonológico constitui o tema central destas notas¹.

Interessar-nos-á particularmente saber se é possível, ou não, contemplar a existência de uma vogal teórica /i/ no inventário segmental fonológico do PEC. Em caso afirmativo, impor-se-ia conseqüentemente, como veremos, uma revisão de alguns aspectos fundamentais de certas propostas correntes nas descrições fonológicas da língua², nomeadamente no ponto que exclui a referida vogal desse mesmo inventário³.

* Agradeço à Professora Doutora Maria da Graça Lisboa Castro Pinto a sua leitura e comentários a este texto, bem como o incentivo à sua publicação.

¹ Num trabalho anterior do autor (João Veloso, «A distinção entre palavras terminadas em consoante e palavras terminadas na sequência ortográfica «consoante+“e”» num grupo de crianças falantes do português europeu em idade pré-escolar» in *Língua Portuguesa: Estruturas, Usos e Contrases. Volume Comemorativo dos 25 Anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto*, Porto, Centro de Linguística da Universidade do Porto, 2003, pp. 259-288), haviam já sido aflorados aspectos a que será dado desenvolvimento no presente artigo.

² Cf., p. ex.: Jorge Morais Barbosa, *Etudes de phonologie portugaise*, Évora, Universidade de Évora, 2.^a ed., 1983 (1.^a ed.: 1965); *Introdução ao Estudo da Fonologia e Morfologia do Português*, Coimbra, Almedina, 1994; Henrique Barroso, *Forma e Substância da Expressão da Língua Portuguesa*, Coimbra, Almedina, 1999; Maria Helena Mateus; Ernesto D'Andrade, *The Phonology of Portuguese*, Oxford, Oxford University Press, 2000; Maria Helena Mira Mateus; Ana Maria Brito; Inês Duarte; Isabel Hub Faria; Sónia Frota; Gabriela Matos; Fátima Oliveira; Marina Vigário; Alina Villalva, *Gramática da Língua Portuguesa*, 5.^a ed. (rev. e aum.), Lisboa, Caminho, 2003.

³ Vd. a secção 2 deste artigo.

Começaremos, assim, por rever alguns aspectos gerais relacionados com a produção fonética de [i] (vd. secção 1). Seguidamente (ponto 2), ocupar-nos-emos de aspectos fonológicos relacionados com essas realizações fonéticas, após o que esboçaremos, no ponto 3, algumas observações finais sobre o tema em análise.

1. Alguns aspectos das realizações fonéticas de [i] em português

622

Ao nível das realizações fonéticas do PEC, [i] pode ser encontrado⁴:

(i) Em pontos da cadeia segmental onde aparentemente desempenha uma função gramatical ou mesmo distintiva. A terminação das formas do presente do conjuntivo dos verbos da primeira conjugação nas três pessoas do singular exemplifica esta situação de forma muito particular. Em formas como “*cante*” ou “*ame*”, p. ex., este [i] final é não só a marca privativa do presente do conjuntivo como, concomitantemente, contribui para assegurar distinções importantes tais como “*cante*”/“*canto*”/“*canta*” ou “*ame*”/“*amo*”/“*ama*”. Um outro exemplo ilustrativo desta importância funcional e distintiva da vogal em apreço encontra-se nos nomes que Mattoso Câmara agrupa numa classe temática individualizada na morfologia nominal da língua, a dos nomes em que o [i] final é precisamente classificado como uma vogal temática⁵. No interior desta classe temática, muitos nomes admitem no plural (e, ainda que menos frequentemente, em alguns casos também no singular) oposições de género baseadas na distinção entre [i] e [ɐ] (ex^{os}: “*franceses*”/“*francesas*”; “*infante*”/“*infanta*”). Em todos os casos mencionados (isto é, nas formas do conjuntivo que foram referidas, assim como naqueles que passaremos a designar por “nomes de tema em [i]”), a vogal [i] é sempre representada ortograficamente (= “e”; cf. os exemplos supra)⁶.

⁴ Para uma apresentação mais detalhada dos contextos de ocorrência (e supressão) de [i], cf. Veloso, *Ob. cit.*, pp. 262 e ss..

⁵ Joaquim Mattoso Câmara Jr., *Estrutura da Língua Portuguesa*, 19.^a ed., Petrópolis, Vozes, 1989 (1.^a ed.: 1970), pp. 87 e 89.

⁶ A questão da existência ou inexistência da representação ortográfica desta vogal constitui, em nossa opinião, um argumento importante se tivermos em conta que, como posto em destaque por autores como Noam Chomsky; Morris Halle, *The Sound Pattern of English*, New York, Harper & Row, 1968, pp. 40, 48, 49, 80, 131, ou Edward S. Klima, «How Alphabets Might Reflect Language» in J. F. Kavanagh; I. G. Mattingly (eds.), *Language*

(ii) Em pontos segmentais onde aparentemente não desempenha nenhuma função gramatical ou distintiva. Nestes casos, esta vogal parece corresponder a uma vogal puramente fonética (frequentemente designada como “epentética”⁷), muitas vezes inserida pelos locutores em certos pontos da cadeia segmental para se desfazerem combinações consonânticas menos correntes em português⁸ (p. ex.,

by Ear and by Eye. The Relationships between Speech and Reading, Cambridge (Mass.)/London, The MIT Press, 1972, pp. 57-80 (pp. 57 e ss.), a ortografia de certas línguas pode oferecer-nos indicações muito relevantes sobre a forma subjacente das palavras. Esta relação entre a ortografia e a fonologia da língua estaria mesmo na gênese do facto de os criadores originais dos primeiros sistemas de escrita alfabética transporem para os sistemas gráficos que propõem as suas intuições mais profundas sobre a natureza e as estruturas das suas línguas (cf., p. ex.: Pierre Léon; Edward Burstynsky; Henry Schogt, *La Phonologie. Lectures: I – Les écoles et les théories*, Paris, Klincksieck, 1977, p. 1; D. Gary Miller, *Ancient Scripts and Phonological Knowledge*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, 1994; Emile Benveniste, *Problèmes de linguistique générale*, Paris, Gallimard, reimp. 1995 (1.^a ed.: 1966), p. 24).

Neste contexto, parece-nos importante sublinhar que, de entre as línguas dotadas de um sistema de escrita alfabético, o português pode ser incluído no conjunto das línguas com uma ortografia “fonemicamente transparente”, isto é, com uma ortografia em que a forma gráfica se aproxima bastante das representações fonológicas das palavras. Cf., a este propósito: A. Girolami-Boulinier; Maria da Graça Pinto, «English, French and Portuguese Spelling in the 4th School Year» in S. Contento (ed.), *Psycholinguistics as a Multidisciplinary Science. Proceedings of the 4th ISAPL International Congress (June 23--27, 1994)*, Cesena/Bologna, Il Ponte Vecchio/Università degli Studi di Bologna, 1996, pp. 35-40 (p. 38); Che Kan Leong; R. M. Joshi, «Relating Phonologic and Orthographic Processing to Learning to Read and Spell» in C. K. Leong; R. M. Joshi (eds.), *Cross-Language Studies of Learning to Read and Spell. Phonologic and Orthographic Processing*, Dordrecht/Boston/London, Kluwer Academic Publishers/NATO Scientific Affairs Division, 1997, pp. 1-29 (p. 2); Maria da Graça L. C. Pinto, *Saber Viver a Linguagem. Um Desafio aos Problemas de Literacia*, Porto, Porto Editora, 1998, p. 140; «Spelling and writing in Portuguese primary school children. To what extent do these processes/skills depend on a mastering of orality and on adequate reading methods?» in M. G. Pinto; J. Veloso; B. Maia (eds.), *Psycholinguistics on the threshold of the year 2000. Proceedings of the 5th International Congress of the International Society of Applied Psycholinguistics (Porto, Portugal, 25-27 June, 1997)*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, pp. 503-511 (p. 510).

⁷ Cf., p. ex., Maria João Freitas, *Aquisição da Estrutura Silábica do Português Europeu*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (policopiada), 1997, pp. 188 e ss.

⁸ Cf., p. ex.: Barbosa, *Etudes...*, p. 212; Câmara, *Estrutura...*, pp. 56-57; *Problemas de Linguística Descritiva*, 13.^a ed., Petrópolis, Vozes, 1988 (1.^a ed.: 1971), pp. 27 e ss.; Marina Vigário; Isabel Falé, «A Sílabas no Português Fundamental: uma descrição e algumas considerações de ordem teórica» in *Actas do IX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Coimbra, 1993)*, Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística/Colibri, 1994, pp. 465-478 (p. 477); Maria Helena Mateus; Ernesto D’Andrade, «The Syllable Structure in European Portuguese» in *D.E.L.T.A.*, 14 (1), 1998, pp. 13-32 (p. 16); Mateus; E. D’Andrade, *The Phonology of Portuguese*, pp. 32-33, 44-45.

nas combinações de origem “cultas” encontradas em palavras como “*magma*” e “*afta*”, não raro articuladas como “*mag[i]ma*” ou “*af[i]ta*”) ou ainda para se tornar possível que palavras terminadas fonologicamente em consoante sejam foneticamente produzidas com uma sílaba (fonética) aberta em posição final, recuperando-se, dessa forma, o formato silábico não-marcado do português⁹. Exemplificam esta situação produções como [ki'rerɨ] e [pø'peli] em palavras como “*querer*” e “*papel*”, respectivamente. Nestes casos, a vogal [i] não é nunca dotada de representação ortográfica¹⁰.

Para uma compreensão mais alargada das variáveis que envolvem as realizações fonéticas de [i], devemos ainda referir que, a par das possibilidades de realização fonética de [i] mencionadas em (i) e (ii), existe a possibilidade de os falantes da língua suprimirem sempre essa mesma vogal das cadeias fonéticas¹¹. Por outras palavras: independentemente de [i]

Por esta razão, J. J. Nunes considera esta inserção epentética um exemplo de *suarabácti* (José Joaquim Nunes, *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa (Fonética e Morfologia)*, 5.ª ed., Lisboa, Livraria Clássica, 1956, p. 156).

⁹ M. João Freitas, «Onsets in Early Productions» in B. Bernhardt; J. Gilbert; D. Ingram (eds.), *Proceedings of the UBC International Conference on Phonological Acquisition*, Somerville, Cascadilla Press, 1996, pp. 76-84 (pp. 76 e ss.); *Aquisição da Estrutura Silábica...*, pp. 28, 32, 112-113, 152-153 e ss., 156 e ss. (Esta autora, nas passagens indicadas, admite e discute a existência de dois formatos silábicos não-marcados em português: V e CV.)

O formato CV corresponde, de resto, ao formato silábico não-marcado universal (cf., entre outros, Juliette Blevins, «The Syllable in Phonological Theory» in J. A. Goldsmith (ed.), *The Handbook of Phonological Theory*, Cambridge (Mass.)/Oxford, Blackwell, 1995, pp. 206-244 (pp. 216-220)).

¹⁰ Vd. nota 6.

¹¹ Aniceto R. Gonçalves Viana, *Essai de phonétique et de phonologie de la langue portugaise, d'après le dialecte actuel de Lisbonne*, Nogent-le-Routrou, Imprimerie Daupeley, 1883, p. 4. Facsimilado em Luís F. Lindley Cintra; José A. Peral Ribeiro (orgs.), *A. R. Gonçalves Viana – Estudos de Fonética Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973, pp. 83-152; Helmut Lüdtke, «Fonemática Portuguesa. II – Vocalismo» in *Boletim de Filologia*, XIV (3-4), 1953, pp. 197-217 (pp. 211, 212); José Inês Louro, «Estudo e Classificação das Vogais» in *Boletim de Filologia*, XV (3-4), 1954, pp. 215-248 (p. 230); Manuel Companys, «Notes sur les finales atones portugaises après consonne sourde» in *Revista do Laboratório de Fonética Experimental*, II, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 1954, pp. 105-127 (pp. 116 e ss.); P. D. Stevens, «Some Observations on the Phonetics and Pronunciation of Modern Portuguese» in *Revista do Laboratório de Fonética Experimental*, II, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 1954, pp. 5-29 (pp. 14-15); Maria Raquel Delgado-Martins, «Vogais e Consoantes do Português: Estatística de Ocorrência, Duração e Intensidade» in *Boletim de Filologia*, XXIV (1-4), 1975, pp. 1-11; «Relação fonética/fonologia: A propósito do sistema vocálico do português» in I. Duarte; I. Leiria (orgs.), *Congresso Internacional sobre o Português. Actas. Volume I*, Lisboa, Colibri/APL, 1996, pp. 311-325; Maria Helena Mira

poder ser encontrado nas situações acima precisadas em (i) e (ii), esta vogal não é nunca dotada de uma produção sistemática ou obrigatória ([kẽt] para “cante”, p. ex.), seja por parte de diversos falantes, seja pelo mesmo falante em diferentes ocasiões. Como encontramos sublinhado em numerosos estudos fonéticos e fonológicos sobre o português publicados pelo menos desde finais do século XIX¹², estamos perante uma vogal cuja realização fonética é não só facultativa mas também muito irregular e assistemática, o que levanta problemas suplementares ao seu estudo fonético¹³.

Finalmente, uma outra particularidade posta em relevo por diversos estudos anteriores prende-se com o estatuto acentual desta vogal, apresentada como um segmento fonético dotado de produções invariável e obrigatoriamente átonas¹⁴.

Mateus; Maria Raquel Delgado-Martins, «Contribuição para o estudo das vogais átonas [ə] e [u] no português europeu» in *Biblos*, LVIII, 1982, pp. 111-125 (p. 113); Barbosa, *Etudes...*, p. 13; *Introdução...*, p. 199; Amália Andrade, «Estudo Acústico de Sequências de Oclusivas em Português Europeu» in *Actas do IX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Coimbra, 1993)*, Lisboa, APL/Colibri, 1994, pp. 1-15 (p. 1); Mateus; E. D'Andrade, *The Phonology of Portuguese*, pp. 18, 32; Mateus *et al.*, *Gramática...*, p. 995; Maria Helena Mira Mateus, «A mudança da língua no tempo e no espaço» in Maria Helena Mira Mateus; Fernanda Bacelar do Nascimento (orgs.), *A Língua Portuguesa em Mudança*, Lisboa, Caminho, 2005, pp. 13-30 (p. 18).

¹² Cf. novamente as referências indicadas na nota anterior.

¹³ Cf., p. ex., as observações encontradas a este propósito em: Armando de Lacerda; Göran Hammarström, «Transcrição fonética do Português normal» in *Revista do Laboratório de Fonética Experimental*, I, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 1952, pp. 119-135 (p. 131); Companys, *Ob. cit.*, pp. 108-109; A. Andrade, «Estudo Acústico...», pp. 1-2.

¹⁴ Cf., p. ex.: José G. Herculano de Carvalho, *Fonética Portuguesa*, Coimbra, Cursos de Férias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, s/d, p. 11; Lüdtke, *Ob. cit.*, p. 198; Louro, *Ob. cit.*, p. 230; Strevens, *Ob. cit.*, p. 14; Barbosa, *Etudes...*, pp. 12-13; *Introdução...*, p. 180, 186-187, 197, 199 e ss.; Maria Helena Mira Mateus, *Aspectos da Fonologia Portuguesa*, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1975, pp. 15-16; Madalena Cruz-Ferreira, «Portuguese (European)» in International Phonetic Association, *Handbook of the International Phonetic Association. A Guide to the Use of the International Phonetic Alphabet*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999, pp. 126-130 (p. 127); Mateus; E. D'Andrade, *The Phonology of Portuguese*, pp. 17, 18; Mateus *et al.*, *Gramática...*, pp. 991-992 e 995.

Este argumento adquire uma importância especial no quadro dos autores estruturalistas: partindo da constatação de que [i] é sempre átono, o fechamento desta vogal é sistematicamente atribuído a essa ausência de acento, a ponto de se remeter [i] para o plano exclusivo das realizações alofónicas (cf, p. ex., Barroso, *Ob. cit.*, p. 125). Lembraremos ainda, a este propósito, a posição de H. Lüdtke, que afirma: «(...) [[i]] aparece somente em sílabas átonas (...) [e], por essa mesma razão, não faz parte do sistema vocálico, dada a possibilidade de este fonema ser interpretado como arquifonema que aparece em posições de neutralização reductiva» (Lüdtke, *Ob. cit.*, p. 198).

2. O estatuto fonológico de [i] em português segundo as descrições fonológicas da língua. Questões e problemas

De acordo com as descrições fonológicas do português, [i] é uma vogal estritamente circunscrita ao nível fonético¹⁵. Em conformidade, tal circunscrição admite duas modalidades principais já atrás referidas: ora se assume que [i] é uma vogal meramente “epentética”, que não corresponde a nenhum segmento da cadeia segmental fonológica das palavras¹⁶, ora se aceita que, mesmo quando realiza foneticamente uma unidade fonológica¹⁷, não actualiza nunca, porém, um “fonema /i/” da língua, sendo sempre interpretado, nestes últimos casos, como a realização de uma outra vogal fonológica (/e/ ou /ɛ/), graças, nomeadamente, ao processo lexical do vocalismo átono da língua (ex.^{os}: “cego” [ˈsɛgu] → “cegueira” [siˈgɛjɾɐ]; “medo” [ˈmedu] → “medroso” [miˈdrozu])¹⁸.

626

A respeito deste tópico, refira-se todavia a existência de pelo menos uma palavra onde [i] é frequentemente realizado como tónico em parte substancial dos dialectos setentrionais da língua. Trata-se da palavra “pelo” (que admite uma flexão de género e número: “pelo, pela, pelos, pelas”), resultante da contracção da preposição “por” com o artigo definido e que é articulada em vastas áreas dos dialectos setentrionais do PEC como [ˈpilu], [ˈpilɐ], [piluʃ], [ˈpilɐʃ]. Torna-se assim possível que, nas formas do masculino (singular e plural), esta palavra, nas referidas normas dialectais, estabeleça mesmo um contraste distintivo com o nome “pêlo”/“pêlos”: [ˈpilu] vs. [ˈpelu] (no singular) e [ˈpiluʃ] vs. [ˈpeluʃ] (no plural).

¹⁵ Veja-se, p. ex., que, em Mateus *et al.*, *Gramática...*, [i] é contemplado no inventário dos segmentos *fonéticos* do português (pp. 991-992), sendo dadas, inclusivamente, indicações sobre a sua distribuição (*ibid.* e p. 995). Como confirmação da posição teórica aqui debatida que circunscreve esta vogal ao âmbito restrito dos segmentos fonéticos, ela não é porém contemplada pelas matrizes fonológicas que, nas pp. 1001 e 1007, apresentam a organização interna dos traços distintivos dos segmentos **fonológicos** do português (cf. p. 1000). Noutras passagens (pp. 1009 e ss.), identifica-se a posição de que [i], sendo um segmento fonético resultante de um processo lexical (o vocalismo átono), «não pertence (...) ao sistema fonológico [do português]» (p. 1009).

Posição semelhante é ainda encontrada em Mateus; E. D’Andrade, *The Phonology of Portuguese*, p. 33, quando se afirma que «(...) phonetic [i] does not occur in lexical representations because it results from neutralization of phonological vowels in unstressed position (...)».

¹⁶ Cf. novamente as referências bibliográficas citadas nas notas 7 e 8. Estão neste caso as palavras agrupadas sob o número (ii) da secção 1 deste artigo.

¹⁷ Isto é: nos casos correspondentes a (i) da secção 1 deste texto.

¹⁸ Cf. novamente, p. ex., Mateus; E. D’Andrade, *The Phonology of Portuguese*, p. 33, e Mateus *et al.*, *Gramática...*, p. 1009, e vd. nota 15.

Por esta mesma razão, em autores da escola estruturalista a realização [i] é classificada como um alofone (vd. nota 14 e cf., p. ex., Barroso, *Ob. cit.*, p. 125).

Nos parágrafos seguintes, reuniremos algumas reflexões sobre estes argumentos.

A correspondência – que inquestionavelmente existe em inúmeras palavras do PEC – entre um [i] fonético e um /e/ ou /ɛ/ subjacentes parece suficientemente comprovada pelas palavras que partilham uma mesma raiz que nuns itens lexicais é realizada em posição tónica – exibindo, na forma de superfície, um [e] ou [ɛ] tónicos – e noutros ocorre como átona, casos em que a mesma vogal é realizada foneticamente como [i] (considerem-se novamente os exemplos fornecidos por “*cego*” [ˈsɛgu] → “*cegueira*” [siˈgɐjɾɐ] e “*medo*” [ˈmedu] → “*medroso*” [miˈdrozu]).

No entanto, não devemos ignorar que o PEC dispõe de palavras em que comparações morfofonológicas como as dos exemplos que acabamos de indicar se afiguram completamente impossíveis e inexistentes, residindo aqui, segundo pensamos, um contra-argumento muito importante à concepção de que [i] corresponde *sempre* a /e/ ou /ɛ/, conforme passamos a desenvolver.

Ilustram a referida impossibilidade de tais comparações, a nosso ver de maneira muito pertinente, as formas clíticas da língua (formas como “*que*”, “*de*”, “*te*”, “*se*”, “*lhe*”, p. ex.)¹⁹ e a terminação átona dos nomes de tema em [i].

Relativamente a estas palavras, é certo que podemos conjecturar que [i] nelas se realiza como tal única e exclusivamente por ser átono, sobretudo tendo em vista os inúmeros exemplos da língua em que [i] resulta, precisamente por perda de acento, da elevação e centralização de /e/ ou /ɛ/, o que não excluiria que, também nestas formas, se estabelecesse uma relação [i]=/e, ɛ/.

Todavia, não é menos certo que não dispomos de palavras morfológicamente aparentadas com as formas clíticas em que comparações do tipo “*medo*”/“*medroso*” nos permitissem sem hesitação considerar [i], no

¹⁹ Estas formas, ainda que desprovidas de significado lexical e intrinsecamente átonas, não deixam de ser importantes unidades significativas da língua. Na verdade, constituem **palavras morfológicas**, no sentido que é dado a este conceito por Laurie Bauer, *A Glossary of Morphology*, Edinburgh, Edinburgh University Press, 2004, pp. 109-110, ou ainda de acordo com a definição dada por Mattoso Câmara a “vocábulo formal” (Câmara, *Estrutura...*, pp. 69 e ss., 75 e ss.) ou “vocábulo mórfico” (Câmara, *Problemas...*, pp. 41 e ss., 47 e ss.). Por outras palavras: as formas clíticas constituem unidades morfológicas com uma classe lexical atribuída e detentoras de uma autonomia funcional-relacional mínima dentro da frase, sendo ainda capazes de albergar, em algumas classes, processos flexionais. A respeito da classificação dos clíticos do português como palavras morfológicas da língua, cf. ainda a discussão desenvolvida por Marina Vigário, *The Prosodic Word in European Portuguese*, Berlin/New York, Mouton de Gruyter, 2003, pp. 42 e ss.

caso específico dos clíticos, como uma realização fonética de /e/ ou /ɛ/ em virtude de um mesmo morfema deter, em função da manutenção ou perda de acento, duas realizações fonéticas diversas e contrastivas em que uma (a tónica) correspondesse a [e] ou [ɛ] e a outra, átona, a [i].

O mesmo se passa com a terminação átona dos nomes de tema em [i]: a língua não parece dispor de pares em que este constituinte morfológico ocorra foneticamente ora como [e] ou [ɛ] tónico, ora como [i] átono. Tal como afirmámos a respeito dos clíticos no parágrafo anterior, caso dispuséssemos de um tal contraste encontraríamos evidência suplementar que nos levaria a concluir, de forma mais imediata e menos discutível, que [i] corresponderia, também nestes casos, a realizações fonéticas de /e/ ou /ɛ/ cuja elevação e centralização fonética se deveria então à redução do vocalismo átono típica do PEC. Não dispondo de tais comparações morfológicas, consideramos suficientemente justificada a necessidade de se rever a proposta tradicional de que, em todos e quaisquer casos em que [i] corresponda a uma posição segmental de palavra, esta vogal realiza foneticamente um /e/ ou /ɛ/ fonológicos.

Note-se que, quanto à vogal [i] que ocorre na sílaba final átona das formas de primeira, segunda e terceira pessoas do singular do presente do conjuntivo dos verbos da primeira conjugação (p. ex.: “*ame*”, “*ames*”), parece haver uma distinção importante relativamente às formas clíticas e aos nomes de tema em [i]. Na verdade, para esta terminação verbal dispomos da comparação com as formas em que o mesmo morfema se realiza como tónico (primeira e segunda pessoas do plural; cf. “*amemos*”, “*ameis*”), a qual permite que se considere mais imediatamente [i] como o resultado da elevação e centralização de um /e/ fonológico. Reiteramos que, para as formas clíticas do português, bem como para a terminação átona dos nomes de tema em [i], não existem em português comparações semelhantes a esta.

Por outras palavras: com base nos dados fornecidos, nos termos atrás expostos, pelas formas clíticas e pela terminação átona dos nomes de tema em [i], propomos que se questione a proposta tradicional que não assume a existência de um “fonema /i/” no PEC. Mais concretamente, colocaremos mesmo a hipótese da existência, nessas palavras, de um /i/ fonológico correspondente ao [i] que pode ser encontrado nas suas realizações fonéticas nos pontos segmentais referidos (ou seja, nas suas terminações fonológicas e morfológicas).

Em nosso entender e pelos motivos que acabámos de expor, a aceitação desse item do inventário fonológico teórico do PEC forneceria uma maior adequação explicativa às descrições fonológicas do português no tocante à representação lexical das palavras em apreço.

3. Observações de síntese

Do conjunto de dados e argumentos reunidos nas páginas precedentes, parece-nos lícito tecer, de seguida, algumas considerações de síntese.

A primeira dessas considerações é a que torna possível afinal identificar três casos específicos e diferentes que dizem respeito à vogal [i] do PEC²⁰, tal como contemplado pelo Quadro 1 (Caso I, Caso II e Caso III), cujas propostas decorrem do argumentário revisto nas secções precedentes.

QUADRO 1
As três situações fonológicas possíveis para a vogal fonética [i] do português europeu contemporâneo

CASO I [i] “epentético” ou “paragógico”	CASO II [i] fonológico	CASO III [i] fonológico
[i] não corresponde a nenhum segmento fonológico	[i] corresponde a um segmento fonológico <i>em resultado da elevação e centralização de /e/ ou /ɛ/ átono</i>	[i] corresponde a um segmento fonológico <i>mas não resulta da elevação e centralização de /e/ ou /ɛ/ átono</i>
Exemplos: “mar” /mar/ → [ˈmari] “pneu” /pnew/ → [piˈnew]	Exemplos: “cegueira” [siˈgɐjɾɐ] “medroso” [miˈdrozu]	Exemplos: “de” [di] “nome” [nomi]

Duas explicações se impõem desde já a partir da observação do Quadro 1.

Em primeiro lugar, afigura-se-nos pertinente traçar uma distinção precisa entre o Caso I e os Casos II e III: nas palavras englobadas no primeiro tipo, e considerando somente o estágio actual da língua, não parece possível reconhecer à vogal [i] um lugar preciso na estrutura segmental teórica da palavra²¹. Quanto às palavras consideradas pelos Casos II e III, parecem

²⁰ Não deixaremos de sublinhar, no entanto, que, nesses três casos, a vogal em questão é sempre sujeita à possibilidade de apagamento que foi anteriormente referida (vd. secção 1 deste texto e as referências indicadas na nota 11).

²¹ No entanto, em propostas fonológicas de autores como J. Mattoso Câmara e M. H. Mateus e E. D’Andrade, é reconhecido a esta vogal um papel importante na constituição silábica das palavras em que ocorre epenteticamente. Com efeito, debruçando-se sobre a situação do “[i] epentético” nos grupos consonânticos mais raros em português (Obstruinte+Obstruinte e Obstruinte+Nasal), J. Mattoso Câmara e M. H. Mateus e E. D’Andrade aceitam que esta

não restar dúvidas de que [i] é sempre aí a realização de uma posição fonológica da palavra, tendo em vista, acima de tudo, as funções distintiva e/ou gramatical que esta vogal assegura nos exemplos citados, assim como certas comparações morfofonológicas estabelecidas no léxico da língua (no caso das palavras contempladas pelo Caso II, como desenvolveremos no seguimento destas notas)²².

Em seguida, no que toca ao [i] em que é possível reconhecer um estatuto fonológico, parece-nos existir uma distinção fundamental entre os Casos II e III do Quadro 1: nas palavras englobadas no Caso II, [i] é sempre o resultado do recuo e centralização de /e/ ou /ɛ/ da raiz derivacional, em consequência da perda de acento, como demonstrado pela comparação entre palavras com a mesma raiz em posição acentuada e em posição não-acentuada (comparem-se novamente “*cego*” [‘sɛgu] e “*cegueira*” [si’gɛjɾɐ], “*medo*” [‘medu] e “*medroso*” [mi’drozɨ], p. ex.). Pelo contrário, nas palavras que ilustram o Caso III acima proposto – ou seja, nas formas clíticas e na terminação átona dos nomes de tema em [i] – uma comparação desse tipo não se torna possível no estágio actual da fonologia da língua²³, como deixámos exposto na parte final da secção antecedente do presente texto.

vogal, em realizações como [pi’new] (“*pneu*”), preenche uma função prosódica precisa e importante, a de Núcleo silábico. Para Câmara – que se ocupa das variedades brasileiras da língua, nas quais esta vogal é foneticamente realizada não como [i] mas antes como [e] ou [i] –, esta vogal ocupa, de acordo com a sua argumentação, um ponto da cadeia segmental da palavra (Câmara, *Estrutura...*, pp. 56-57). Segundo Mateus e D’Andrade, esta vogal, se bem que sempre circunscrita ao nível estritamente fonético, é aceite como o preenchimento (meramente fonético) de um centro silábico fonologicamente **vazio** (cf. Mateus; E. D’Andrade, *The Phonology of Portuguese*, p. 44).

²² Argumentos suplementares em favor da proposta de que [i] constitui sempre, nestes casos, a realização de uma posição segmental fonológica são-nos ainda fornecidos:

– pela ortografia das palavras (vd. nota 6);

– por alguma investigação psicolinguística experimental, que, conforme um estudo anterior do autor já citado neste trabalho, reúne indícios de que em operações de manipulação metafonológica explícita, como a segmentação silábica de palavras, crianças falantes nativas do PEC em idade pré-escolar (sem qualquer conhecimento da representação ortográfica) prevêm um lugar segmental para esta vogal nas palavras onde a ortografia as aceita também em posição final (como acontece nos nomes de tema em [i]; cf. Veloso, *Ob. cit.*, pp. 273 e ss.).

²³ Como deixámos expresso no próprio corpo do texto (vd. secção 2), as terminações verbais do presente do conjuntivo na primeira conjugação não colocam este problema, na medida em que, para o morfema modo-temporal dessas formas, estabelece-se em PEC um contraste entre um [i] átono (“*ame*”, p. ex.) e um [e] tónico (“*amemos*”, p. ex.) que nos permite aceitar o [i] das formas em que ocorre como a realização de superfície de um /e/ subjacente.

Pelo conjunto destas razões, e face à argumentação desenvolvida, reafirmamos a necessidade e a conveniência de se passar a admitir a existência, nas palavras englobadas no Caso III do Quadro 1, de um segmento teórico /i/ em português, como defendemos no final da secção precedente. Consideramos, aliás, que esta proposta se coaduna com algumas afirmações encontradas em estudos anteriores, provenientes quer do domínio da fonologia estruturalista, quer do domínio da fonética, como passaremos a referir.

Relativamente aos estudos fonológicos a que fizemos alusão no parágrafo antecedente, e conforme pusemos em destaque num trabalho prévio já aqui referido²⁴, é possível encontrar na obra de Jorge Morais Barbosa algumas observações que, em nosso entender, se aproximam da proposta aqui apresentada. Com efeito, debruçando-se sobre estes mesmos casos, o autor referido defende que se reconheça “valor fonemático”²⁵ ao [i] das palavras que no nosso Quadro 1 supra correspondem aos Casos II e III. Por outras palavras: o autor citado sublinha a necessidade de se distinguir o [i] puramente fonético que não corresponde a nenhuma posição segmental (fonémica) do [i] que pode corresponder a um segmento teórico da palavra, aceitando expressamente a existência de um «(...)fonema vocálico (...) representado pelo [ə] [itálico nosso] que, mais ou menos, se ouve no lugar dos correspondentes *ee* ortográficos»²⁶, ou referindo-se a «(...) um fonema vocálico onde se encontra um [ə] [itálico nosso] mais ou menos audível»²⁷. Porém, o mesmo autor não chega a propor explícita e definitivamente a existência de um fonema /i/ no inventário segmental da língua, continuando a perfilhar a tese mais corrente de que «[t]al fonema (...) é /e/»²⁸.

Já nos trabalhos oriundos das investigações fonéticas, é possível encontrarmos referências expressas a um “/i/ subjacente” em trabalhos como os de Maria Raquel Delgado Martins²⁹ ou Amália Andrade³⁰.

²⁴ Veloso, *Ob. cit.*, p. 265.

²⁵ Barbosa, *Introdução...*, pp. 199-201.

²⁶ *Id.*, p. 201.

²⁷ *Id.*, *ibid.* Cf. ainda, na mesma obra, as observações do autor na p. 181, em que se reconhece valor distintivo ao [i] que termina certas formas do presente do conjuntivo, afirmando-se que, por essa razão, esta vogal «corresponde a um fonema e não (...) [a] um zero fonemático» (p. 181). No entanto, o contexto em que são desenvolvidos estes argumentos admite unicamente os fonemas vocálicos /u a e/ em posição final (pp. 180--183), depreendendo-se que [i] seria então a realização fonética (alofónica) de /e/.

²⁸ *Id.*, p. 201.

²⁹ Delgado-Martins, «Vogais e Consoantes...», pp. 2 e 5. Nestas passagens, a autora reconhece a existência de [i] no “nível teórico” dos enunciados.

³⁰ A. Andrade, «Estudo Acústico...», p. 2 e *passim*.

A identificação, nestes autores, de posições que se aproximam daquela que aqui pretendemos defender confere-lhe, segundo julgamos, alguma legitimidade adicional. A coincidência de posições aqui destacada reforça, com efeito e em nosso entender, a proposta central destas breves considerações, ou seja, enfatiza a necessidade de se prever, pelo menos no tocante às formas clíticas e à terminação dos nomes de tema em [i], a existência de um segmento fonológico teórico /i/ no inventário fonémico do português europeu contemporâneo.